

## **Intervenção do Deputado Aires Reis, na Assembleia Regional, sobre o Plano e Orçamento da Região para 2004**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Era convicção da grande maioria dos jorgenses de que o Plano do Governo Regional para 2004 seria um documento que iria trazer boas perspectivas ao processo de desenvolvimento da ilha de São Jorge.

Foram criadas nas nossas populações, sempre que os diversos responsáveis governamentais tinham oportunidade, interessantes expectativas, através de compromissos e de garantias que não estão reflectidos no documento agora em discussão.

A verdade é que o Plano traduz claramente o contrário. Não existem, neste documento elaborado pelo Governo Regional, novas etapas, novos projectos e um indicador de desenvolvimento. Faltam, por conseguinte, perspectivas de futuro para os jorgenses.

Uma ilha como São Jorge, penalizada já em demasiadas vertentes, precisava de investimentos públicos muito claros em determinadas áreas, de forma a criar novas etapas e uma nova força anímica que viesse incentivar e potenciar o seu desenvolvimento.

Precisamos ter esperanças no progresso da nossa terra e os Governos Regionais têm aí um papel muito importante.

Permitam-me falar de acessibilidades.

Por diversas vezes nesta Assembleia, por ocasião das apreciações dos vários Planos e Orçamentos da Região, foi discutida a necessidade de se resolver os problemas decorrentes das insuficiências do aeródromo de São Jorge.

É difícil aceitar que, apesar de todos os Senhores Deputados e todos os Senhores Membros do Governo conhecerem os graves condicionalismos daquela infra-estrutura, não exista uma dotação inscrita no Plano para o necessário estudo que nos permita, pelo menos, tirar as necessárias e rápidas conclusões para a solução mais adequada deste problema.

As penalizações com que nos confrontamos diariamente são motivos mais do que suficientes para uma outra atenção do Governo Regional. Não bastam promessas do Senhor Presidente do Governo se depois constatamos o seu total esquecimento, reflectido nos documentos orientadores da sua política de investimentos públicos.

Fazia portanto todo o sentido que este assunto fosse tratado com maior responsabilidade e outra precessão.

Como já tive oportunidade de referir nesta Assembleia, é preciso resolver este condicionalismo de São Jorge para que esta ilha não pare no tempo e para que as suas consequências não que venham a afectar ainda mais as próximas gerações.

Outro assunto que condiciona o desenvolvimento da minha terra é a deficiente condição do Porto do Topo. Também este assunto não está contemplado nos referidos documentos e deveria estar.

Bem sabemos que não se podem fazer todos os portos de uma só vez, mas chegámos a pensar que este governo poderia repensar as suas opções e ir de encontro aos desejos e aspirações dos jorgenses. Foram, no entanto, goradas essas expectativas das nossas populações.

Trata-se, portanto, de um assunto que ficará destinado ao próximo Governo Regional.

Este Plano fica também muito longe do que dele esperávamos em matéria de pavimentação de estradas.

A pavimentação de alguns dos troços e respectivas correcções, como por exemplo os troços Ramal/Igreja da Ribeira Seca, Urzelina/ Terreiros/Manadas, Biscoitos/Relvinha, e interior da Vila do Topo, deveriam também estar, e não estão, contemplados neste documento.

O troço Urzelina/Aeroporto, como já foi aqui referido, apesar de constar do Plano, não conta com as verbas suficientes para a sua execução.

Outro assunto que igualmente deveria constar do Plano era a pavimentação dos Caminhos Agrícolas existentes da Bacia Leiteira de Santo Antão/Topo e da ligação Biscoitos/Estrada do Norte.

O Abastecimento de Água às Explorações Agrícolas das principais zonas agro-pecuárias de São Jorge e as respectivas electrificações, são também essenciais para os actuais desafios da lavoura jorgense.

A Electrificação das Fajãs, as intervenções efectivas na orla marítima para sua protecção, também têm sido muito esquecidas por este governo.

Compromissos como a comparticipação do Governo Regional na aquisição, e respectivas obras de beneficiação e adaptação de um antigo edifício destinado à nova Sede da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, também deveria estar contemplado no Plano, e não está.

Julgamos também que o Governo Regional deverá repartir melhor os apoios financeiros destinados às remodelações, beneficiações e construções de sedes de colectividades dos Açores. São Jorge não pode ser penalizado, como até agora tem acontecido.

Estas são algumas das reivindicações da nossa população que deveriam estar consideradas no Plano para o próximo ano.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Concentrei esta minha intervenção numa matéria que considero decisiva para o desenvolvimento de São Jorge e que não tem a devida tradução no documento que estamos a analisar.

É mesmo impressionante a distância que vai entre as prioridades que os jorgenses têm defendido e as opções de investimento que este Governo está a definir.

Existe claramente um fosso entre estas duas posições, bem revelador de que o Governo Regional e o partido que o suporta têm dois pesos e duas medidas.

Confirma-se portanto, que estamos a assistir a um estilo de governação socialista, de costas viradas para as pessoas e para os seus legítimos representantes, e que o Governo Regional desprezou completamente o princípio que deve nortear sempre a governação dos Açores – o desenvolvimento harmónico de toda a região.

Disse.